

PAISAGENS, CENÁRIOS E CONFLITOS NA RELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO

ÁREA TEMÁTICA:

Turismo y patrimonio

AUTORES:

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil (IFSC, Brasil). E-mail: bbrasilarquitecto@yahoo.com.br

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (UFSC, Brasil). E-mail: pimenta.margareth@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho pretende analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau/SC - Brasil, a partir da década de 1950, para demonstrar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. Esse patrimônio, culturalmente e socialmente constituído, que é a paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas, com apelo turístico, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorre uma ameaça mais efetiva à área de estudo. O trabalho fará um recorte temporal de 1950 até hoje, e o recorte espacial será o centro da cidade de Blumenau/SC. As principais ameaças são os processos de renovações urbanas, que iniciam na década de 1950, com a substituição de alguns elementos históricos por elementos modernos, ainda num período onde não existia a consciência patrimonial. Esses novos elementos modernos são bem interessantes do ponto de vista arquitetônico, mas infelizmente eles substituíram edificações históricas, ao invés de se relacionarem com elas. Na década de 1970, a grande ameaça foi a tentativa de substituição de todo um conjunto urbano pela criação de uma nova paisagem criada (falsa e atemporal), que não se sobrepôs totalmente, mas que modificou consideravelmente a paisagem historicamente construída. Nesse momento, o setor de turismo vai ser fundamental no processo de formação da imagem de uma germanidade forçada, através de cenários temáticos, carregada de simulacros para atrair turistas, em detrimento da valorização do patrimônio genuíno que havia sido construído até aquele momento. Atualmente, a maior ameaça é a tentativa do próprio poder público em criar uma imagem de “cidade global” (para atrair investidores), com a cópia de imagens emblemáticas que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo, em prol de uma espetacularização urbana generalizada e as políticas públicas que legitimam isso através mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade. E isso afeta diretamente a paisagem, o espaço, as relações sociais, a história da cidade e, sobretudo, a relação entre turismo e patrimônio. Com os processos de renovação urbana sinalizando para essas áreas, corre-se o risco de deformação ou de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações.

PALAVRAS CHAVE:

Paisagem; Patrimônio; Turismo; História da cidade.

1. Introdução

Partindo do pressuposto de que a diferenciação das paisagens reflete a história dos lugares, consideramos que a preservação da paisagem como herança natural, que foi transformada a partir do trabalho humano e das formas de representações da sociedade que se sucedem em determinado local, deve ser o fator determinante na especificidade e na particularidade de cada lugar. Como as paisagens também são dinâmicas e se alteram constantemente, através de objetos sociais e culturais, podemos considerar que, além da função de registrar nossa história, são também as bases de acumulações futuras. Por isso é fundamental que as políticas públicas considerem essas especificidades da paisagem, pois não se trata de um desafio estético de embelezamento das cidades, mas sobretudo, um desafio social de permitir aos homens conservar suas raízes e fortalecer suas identidades. Em diversas cidades do Brasil (e do mundo), a criação de cenários urbanos temáticos ou a espetacularização dos centros urbanos utilizam o discurso do turismo como justificativa para os processos de renovações urbanas. Esses processos buscam inserir essas cidades “globais” num circuito cada vez mais homogêneo e desvinculados da história socialmente construída por seus habitantes em detrimento à espaços cada vez mais esvaziados de significado e projetados para o turista acidental. Assim como outros objetos da vida contemporânea, as cidades também precisam ser consumidas cada vez mais, prejudicando assim, a reflexão sobre a história do lugar como patrimônio socialmente construído. É na paisagem então, que os grupos de indivíduos inscrevem suas histórias do tempo presente, vinculadas ao passado, mas dando sentido de continuidade ao seu futuro. Sua singularidade se exprime como cultural, tornando-se assim, única.

Este trabalho pretende analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau, a partir da década de 1950, para demonstrar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. Esse patrimônio, culturalmente e socialmente constituído, que é a paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorre uma ameaça mais efetiva à área central.

Essa paisagem foi sendo construída por sucessivas gerações desde 1850 até 1950, configurando uma paisagem formada por uma série de justaposições. No centenário da cidade, ocorre a necessidade de se estabelecer uma nova identidade nacional, onde a modernidade, com as premissas do homem universal, se apresentava como uma boa alternativa para a cidade industrial em pleno desenvolvimento, conforme o processo de acumulação naquele momento. Essa modernidade vai se introduzir em alguns pontos específicos, através de algumas obras emblemáticas, mas não será ainda uma ameaça efetiva à paisagem, pois como se trata de uma arquitetura que buscava representar o seu tempo, ela acaba sendo incorporada no conjunto urbano e na paisagem da cidade.

O recorte espacial será a concha central da cidade de Blumenau/SC, que engloba o Centro Histórico (*Stadtplatz*), o Centro atual e o bairro Ponta Aguda, incluindo a relação destes com o Rio Itajaí-Açú e a Topografia acidentada. Essa delimitação compreende o espaço entre o antigo porto e a antiga estação ferroviária na década de 1950 (utilização do transporte fluvial e ferroviário), abrangendo o principal conjunto urbano da cidade. Na década de 1970, esses mesmos espaços tiveram suas funções alteradas e passaram a incorporar uma nova Avenida, denominada Beira-Rio, que estabelece também uma nova relação da cidade com o Rio e a margem esquerda da cidade (anteriormente a cidade não se abria para o rio). Atualmente, esses espaços dialogam diretamente com o bairro Ponta Aguda, através da paisagem e da relação "entre margens", com o rio e com a topografia. E justamente devido à essa relação, que a poligonal de delimitação da área total do estudo, abrange a Ponta Aguda, porque atualmente a liberação de altura sem restrições de gabarito nesse bairro vai afetar diretamente a sua relação com o Centro Histórico (*Stadtplatz*) e o Centro atual, bem como, a relação destes com o rio e a topografia acidentada.

O recorte temporal foi definido conforme os diferentes níveis de ameaça que ocorrem nos diferentes períodos. As principais ameaças são os processos de renovações urbanas, que iniciam na década de 1950, com a substituição de alguns elementos históricos por elementos modernos, ainda num

período onde não existia a consciência patrimonial. Esses novos elementos modernos são interessantes do ponto de vista arquitetônico, mas infelizmente eles substituíram edificações históricas ao invés de se relacionarem com elas através da justaposição e formação de um conjunto urbano heterogêneo. Na década de 1970, ocorre a tentativa de substituição de todo um conjunto urbano pela criação de uma nova paisagem criada (falsa e atemporal), que não se sobrepôs totalmente, mas que modificou consideravelmente a paisagem historicamente construída. Nesse momento, o setor de turismo vai ser fundamental no processo de formação da imagem de uma germanidade forçada, através de cenários temáticos, carregada de simulacros para atrair turistas, em detrimento da valorização do patrimônio genuíno que havia sido construído até aquele momento.

Atualmente, a maior ameaça é a tentativa do próprio poder público em criar uma imagem de “cidade global” (para atrair investidores), com a cópia de imagens emblemáticas que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo, em prol de uma espetacularização urbana generalizada e as políticas públicas que legitimam isso através mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade. E isso afeta diretamente a paisagem, o espaço, as relações sociais, a história da cidade e, sobretudo, a relação entre turismo e patrimônio. Com os processos de renovação urbana sinalizando para essas áreas, corre-se o risco de deformação ou de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações.

2. A cidade de Blumenau/SC – Brasil

O objeto de estudo será a cidade de Blumenau e o recorte específico deste trabalho será a sua área central, a partir da década de 1950. A área central representa a maior centralidade e o ponto de conversação de diversos elementos, inclusive numa escala regional. Essa centralidade é de importância fundamental para a cidade, pois o Centro é o local das contradições de uma cidade, onde o espaço deveria ser democrático e representativo de sua sociedade como um todo. Por isso as políticas públicas para esse espaço tão nobre, vão determinar as características e as formas de apropriação deste espaço. O Centro deve ser considerado o espaço simbólico da cidade (CASTELLS, 1983), então se queremos uma cidade real e verdadeira, o Centro tem que, antes de mais nada, respeitar e dialogar com a história urbana. E para isso, é necessário representar o modo de vida e os processos contemporâneos também na arquitetura e no desenho da cidade do seu tempo, ao mesmo tempo que deve, necessariamente, respeitar e dialogar com a paisagem, o rio, a topografia, os espaços e a própria história da cidade como uma construção permanente e sucessiva.

A delimitação da área de estudo foi pensada como uma poligonal de áreas de influência, podendo ser utilizada na contextualização da paisagem. A poligonal abrange a área do antigo núcleo histórico localizado na foz do ribeirão Garcia (*Stadtplatz*, antigo porto e antiga prefeitura), passando por todo o centro comercial (Rua XV, Avenida Beira-Rio e Rua 07 de Setembro), até chegar na foz do ribeirão da Velha (atual prefeitura), onde aproveita o antigo percurso da ferrovia e engloba o bairro Ponta Aguda (desde a Ponte de Ferro até a Ponte dos Arcos), retornando e abraçando novamente o núcleo histórico (*Stadtplatz* e Rua das Palmeiras).

Dentro desta delimitação mais abrangente da área de estudo, temos a demarcação de dois espaços que serão tratados aqui como conjuntos urbanos complementares, que mesmo formando um conjunto único em nossa análise da problemática atual, foram sendo configurados de forma e com intensidades diferentes, nas diferentes políticas públicas que vamos abordar ao longo do trabalho. O primeiro conjunto é o antigo centro histórico (*Stadtplatz*), que engloba principalmente o antigo porto e a antiga prefeitura, mas que foi delimitado desde a Igreja Luterana até a Prainha, por considerarmos a curva histórica do rio como um elemento único e indissociável na história da cidade. O segundo grande conjunto é praticamente um “binário” entre os ribeirões Garcia e da Velha, composto pela Rua XV (principal rua comercial da cidade que conectava o antigo porto/antiga prefeitura à antiga estação/atual prefeitura) e a Avenida Beira-Rio, construída na década de 1970 e que estabelece uma nova relação da cidade com o rio (antes a cidade ficava de costas para o rio e sem relação com a margem esquerda).

2.1. As transformações na paisagem entre 1950-1970

Com relação ao contexto político e as decisões que vão interferir diretamente em Blumenau, sabe-se que no contexto internacional tínhamos o fortalecimento da relação com os EUA após o final da II Guerra Mundial. Com relação ao contexto nacional, saímos da “Era Vargas” (1930-1945) e entrávamos na “Segunda República” (1945-1964), onde tivemos a Era JK e o processo de modernização do país através do Plano de Metas com grandes investimentos no setor industrial, o que iria beneficiar diretamente a cidade industrial de Blumenau. No contexto estadual tínhamos o predomínio da UDN (Bornhausen e Lacerda) até 1960, quando o PSD retoma o poder político através de Celso Ramos, ex-presidente da FIESC e que atendeu os anseios do setor industrial catarinense através do Plano de Metas do Governo (PLAMEG). No contexto local teremos uma sequência de praticamente 20 anos com o poder político nas mãos da classe empresarial através da sua representatividade na administração pública (1951-1970).

Nesse momento ocorreu a implantação de uma série de novas estruturas urbanas de grande impacto na cidade, como a substituição do transporte fluvial pelo transporte ferroviário, que entre outros fatores tem como fato marcante principal a retirada do valor de uso do porto para a cidade. Com o término da utilização do porto no *Stadtplatz*, diminui em grande parte o valor simbólico desse espaço, que continha ainda a praça pública entre o porto e o edifício mais representativo da cidade, que era o edifício da Prefeitura que abrigava os setores administrativos, jurídico e arquivo histórico com toda a documentação social, histórica e política de Blumenau desde a sua fundação. Esse espaço carregado de símbolos e significados vai aos poucos perdendo sua vitalidade.

Em 1953, duas obras estruturais para novo dinamismo e a nova imagem da cidade foram iniciadas: a construção de uma Estação Rodoviária (obra considerada pelo prefeito de interesse vital para a cidade, conforme o relatório) e o lançamento da pedra fundamental da Nova Igreja Matriz. Com a retirada da Estação Ferroviária do Centro no ano seguinte (1954), a Estação Rodoviária passa a ser o grande local de saída e chegada das pessoas, a partir do modelo de desenvolvimento nacional que priorizava o transporte viário, no eixo central dessa nova centralidade (Rodoviária, Matriz e a nova ponte em 1956). A construção da ponte em 1956 tentava resolver o problema da falta de relação do Centro com a Ponta Aguda, onde a própria matriz moderna, já voltada para a ponta aguda, reforçará essa relação com a outra margem, que se dará também pelo próprio eixo ponte-matriz-rodoviária.

Em 1958 ocorre um “misterioso” incêndio, no edifício que abrigava o setor administrativo, setor judiciário e arquivo histórico da cidade. Esse incêndio vai fomentar a ideia de criar um Centro Cívico no local da antiga estação Ferroviária, que fora desativa em 1954. Essa proposta deixaria a área histórica ainda mais esvaziada de suas funções. Em Março de 1959 ocorre a demolição do “antigo” Hotel Holetz, fato este que, conjuntamente com a demolição da antiga matriz e do próprio incêndio do edifício da Prefeitura, ambos no ano anterior, fomenta a perigosa discussão sobre a divisão da cidade em passado/presente e antigo/moderno, apoiado num discurso progressista da evolução da cidade. No lugar do antigo Hotel Holetz foi elaborado o projeto de um novo e moderno hotel a ser elaborado pelo arquiteto Hans Broos. O Grande Hotel colocava Blumenau na capa de diversas publicações nacionais e na das principal revista especializada em arquitetura do país.

Em 1964 foi iniciada a construção da Avenida Beira-Rio, que iri modificar de vez a relação da cidade com o rio. A avenida iniciava na foz do ribeirão Garcia (em frente ao Grande Hotel), passando pela nova centralidade junto à nova ponte e à Matriz Moderna, finalizando na foz do ribeirão da Velha (contornando o futuro centro cívico da cidade).

Em 1950 existia uma só centralidade, localizada na Praça do Porto, que articulava todo o espaço cívico (prefeitura) com as três principais ruas da época (Rua Itajaí, a Rua das Palmeiras e a Rua XV) e um grande eixo longitudinal paralelo ao Rio Itajaí-Açú que era a própria Rua XV (que conectava o Porto à Ferrovia). Já em 1970, após a criação de uma nova centralidade “moderna” transversal (Ponte-Matriz-Rodoviária) ao eixo longitudinal da Rua XV, ocorre também a implantação de uma “anel” central abraçando essa centralidade expandida (*Stadtplatz*/Beira-Rio/Centro Cívico/Rua 07 de Setembro) que concentrou ainda mais as atividades comerciais.

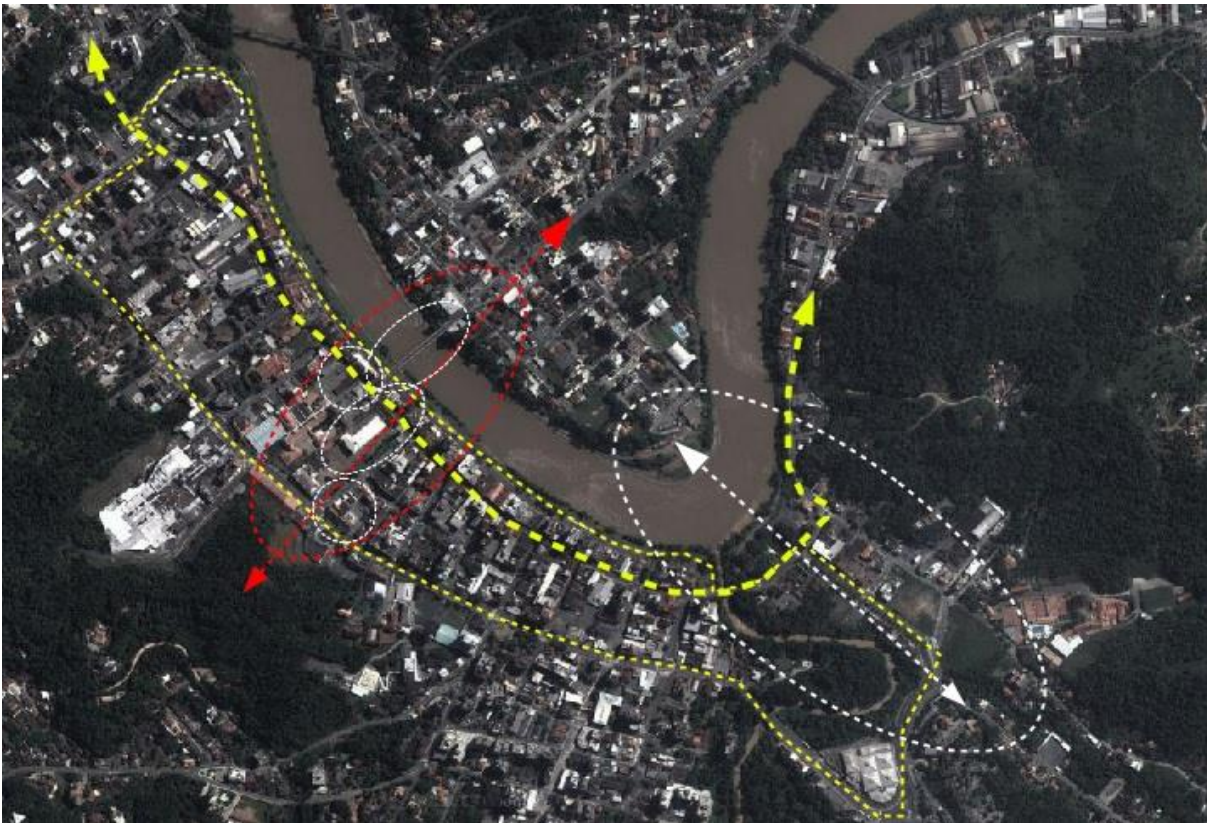


Figura 01: As centralidades e os principais eixos de conexões na década 1970. Fonte: Google, 2014. Elaboração: Bernardo Brasil Bielschowsky

2.2. As transformações na paisagem a partir de 1970

O segundo recorte temporal inicia na década 1970, quando ocorre uma nova mudança de postura do poder público, agora vislumbrando privilegiar o setor turístico como uma atividade rentável e complementar à industrial. Nesse segundo momento o setor de turismo vai ser fundamental no processo de formação da imagem de uma germanidade forçada através de cenários temáticos em detrimento da valorização desse patrimônio genuíno estampado na paisagem que havia sido construído até aquele momento, incluindo as intervenções modernas.

Com relação ao contexto nacional, na década de 1970 saímos da fase mais severa da ditadura e enfrentávamos uma crise econômica causada principalmente pela dívida externa, crise internacional do petróleo e a inflação. Em Santa Catarina o setor industrial sentiu a crise do processo de acumulação e isso se refletiu diretamente em Blumenau, inclusive no campo político, com a quebra de uma sequência de praticamente 20 anos com o poder nas mãos da classe empresarial (1951-1970).

Nesse período ocorreu a implantação de alguns elementos turísticos em pontos estratégicos, que foram o restaurante “típico” *Frohsinn* (no alto do morro do Aipim e com a vista panorâmica para toda a concha do Centro) e o Restaurante Moinho do Vale (na prainha) e a transformação da praça do porto em *Biergarten* (jardim da cerveja), ambos na curva histórica do Rio, concedendo seu uso à iniciativa privada para exploração comercial através do turismo.

Após essas primeiras tentativas de incluir a imagem da cidade como uma política pública focada no turismo, em 1972, é elaborada a primeira lei para o fomento de “construções típicas blumenauenses”. A Lei Nº 1909 de 1972 “concede favores fiscais às casas típicas – blumenauenses”, que dependia sempre de parecer prévio da Comissão Municipal de Turismo. Em 1974, foi construído um Mausoléu para abrigar os restos mortais do Dr. Blumenau, com o intuito enaltecer a figura do fundador da cidade e resgatar a “identidade blumenauense”.

Mas a principal mudança de postura pelos gestores da cidade aumentou no final dos anos 1970, como uma alternativa econômica para a cidade, que naquele momento concentrava-se prioritariamente no setor têxtil, conforme o processo de acumulação do pós-guerra. O poder público percebe que os setores ligados ao turismo podem explorá-lo muito mais como uma atividade fim do que como uma atividade complementar, como era até aquele momento. Porém, até aquele momento o turismo de Blumenau poderia ser considerado um turismo muito mais de cunho cultural, uma vez que era uma pluralidade de possibilidades, desde os costumes e tradições mantidas ou transformadas pelos imigrantes, mas também com a pujança de sua modernidade que a cidade industrial havia se transformado. Nesse sentido, a complementariedade que a modernidade oferecia ao setor turístico e vice-versa, foi reduzida a proliferação de uma imagem de cidade que buscava construir uma “marca” de cidade baseada apenas no fator étnico e não mais no seu valor cultural de diversas inter-relações socialmente constituídas ao longo do tempo, pautadas no diálogo entre a adaptação e a imposição de costumes distintos nos diferentes espaços temporais.

O principal elemento indutor para o estabelecimento de uma paisagem criada ou que será modificada significativamente, agora sim oficialmente com caráter explícito focado no turismo, foi a Lei Ordinária N° 2262, de 30 de junho de 1977, que concede favores fiscais a casas típicas que forem construídas na área urbana de Blumenau e que apresentarem os estilos arquitetônicos típicos conhecidos como "Enxaimel" e "Casa dos Alpes", ou seja, praticamente definiu que a Rua XV, principal rua comercial de Blumenau, iria se tornar um grande cenário temático, independentemente da sua história verdadeira.

Essa lei municipal de 1977, que incentiva a criação de pastiches nas fachadas dos edifício em busca de incentivos fiscais, prejudicou de forma irreparável a continuidade da evolução cronológica do desenho da cidade. O primeiro grande símbolo dessa política foi o “Castelinho da Moellmann”. Construído em 1978, no local mais importante da nova centralidade, a construção era uma reprodução da prefeitura da cidade alemã de Michelstadt, originalmente construída em 1484, ou seja, no século XV. Entre os demais símbolos criados para reforçar essa política iniciada em 1977, temos a construção do primeiro órgão público que legitima oficialmente essa política da mercantilização da paisagem, através de um enorme falso enxaimel, que é o edifício da nova prefeitura inaugurado em 1982



Figura 02: Cartões postais da década de 1980. Fonte: Edicard, 1984.

Em termos simbólicos, em 1984 foi criada a Oktoberfest, festa típica alemã que vai divulgar ainda mais essa imagem de cidade alemã. Com a assimilação dessa “identidade cultural” e a projeção da cidade através deste discurso, o poder público entende que a própria paisagem deve se tornar um cenário.



Figura 03: Nova característica do conjunto urbano na década de 1980. Fonte: Luzia C. Frata, 1985.

O centro da cidade vai se tornando uma série de imagens para serem fotografadas. Aos poucos esses edifícios com imagens emblemáticas implantados em pontos específicos da cidade vão constituindo uma nova imagem da própria cidade. Uma imagem atemporal baseada em fatores étnicos e não mais culturais que reflitam a imagem do seu tempo. Com a lei de incentivo fiscais, a Rua XV se torna um grande cenário temático, onde a sequencia de edifícios em fileira e com gabarito semelhante formam uma nova imagem de um novo conjunto arquitetônico, mas que não representa o seu tempo e nem o seu passado, uma vez que nunca existiu esse tipo de construção na cidade. São modelos reproduzidos da idade média na Europa e, mais grave ainda, são apenas pastiches, pois não se trata mais de uma técnica construtiva, mas apenas simulacros de fachada.

3. A problemática contemporânea

Conforme tentamos demonstrar ao longo do trabalho, a principal problemática urbana e que já está afetando diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída ao longo dos anos, são as sucessivas tentativas do próprio poder público em vender a cidade como um objeto, através de imagens emblemáticas e cenários construídos ao longo do tempo e planejados para o futuro (elementos emblemáticos modernos, depois temáticos e agora “globais contemporâneos”). Essas políticas públicas tratam da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade.

Em 1950 temos uma primeira tentativa modesta, com o modernismo se sobrepondo ao conjunto urbano através imagens emblemáticas de seu tempo. A partir da década de 1970 temos a construção de um cenário urbano temático pautado na reinvenção de uma germanidade que já estava superada através imagens emblemáticas atemporais. Atualmente temos a tentativa do poder público em criar uma imagem de “cidade global” com a cópia de imagens emblemáticas que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo.

Esse contínuo processo de investimento econômico e discursivo na identidade germânica, iniciado ainda na década de 1970 através de alguns elementos emblemáticos, mas que acabou transformando parte da paisagem urbana da centralidade da cidade em um cenário temático, carregada de simulacros para atrair turistas, demonstra a falta de valorização do patrimônio genuíno e a falta de consideração pelo cidadão local em detrimento da construção de uma cidade cenográfica construída para o turista acidental. Temos neste caso um claro desvio de prioridade com relação aos investimentos públicos, que ao invés de valorizarem os espaços públicos e dar valor de uso à esses espaços destinados à população local, acabam por concentrar investimentos em locais privados ou semi-privados, destinados prioritariamente para os turistas, esvaziando dessa forma, os espaços mais nobres da cidade. Da mesma forma, as concessões ou doações de espaços públicos para a iniciativa privada explorar, principalmente com o discurso de fomentar as relações comerciais advindas do setor turístico, acabam por tornar os poucos espaços públicos da comunidade local em espaços destinados aos visitantes, ao invés de fortalecerem as relações sociais e coletivas tão necessárias para a população local, carente de espaços públicos.



Figura 04: Proposta da prefeitura para a área central no Caderno Blumenau 2050. Fonte: PMF, 2008.

Com relação às novas imagens, que vão afetar diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída, estas vão se impor justamente nos espaços mais nobres e valorizados, - e ainda por cima públicos (*Stadtplatz*, Prainha e mirante do Morro do Aipim) - e com caráter referencial para a cidade. Ao desqualificar, abandonar e esvaziar esses espaços tão nobres, o poder público repassa suas obrigações para o poder privado e legitima um discurso muito aferido pelos blumenauenses de que somente o poder privado pode gerir e qualificar os espaços da cidade. Como consequência dessa política da criação de imagens para vender a cidade e atrair investidores, surgem também os projetos como imagens, desconexos da realidade local, em locais inapropriados e sem consideração pelo patrimônio e pela paisagem historicamente constituídos.

Com relação a legislação vigente, o poder público se apresenta como uma instituição praticamente inoperante ao repassar suas responsabilidades para os conselhos, que invariavelmente defendem os interesses do setor privado. O atual Código de Zoneamento, revisto em 2010, não delimita nenhuma Zona de Proteção Cultural, mas ao contrário, transforma a área central, que vai do *Stadtplatz* ao final da Rua XV – nossa área de estudo -, em Zona de Localização Especial 1 (ZLE-1), com índices urbanísticos “diferenciados”, onde “as edificações cujos projetos sejam de interesse turístico, econômico, social e paisagístico poderão ter seus índices construtivos definidos pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano”, ou seja, novamente o poder público transfere para um conselho a responsabilidade de gerir os espaços mais nobres da cidade conforme os interesses turísticos e econômicos, que sempre se sobressaem sobre os interesses social e paisagístico.

Com os processos de renovação urbana sinalizando para essas áreas, corre-se o risco de deformação ou de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações. As cidades brasileiras conhecem rápidos processos substitutivos - decorrentes da fraqueza da legislação urbanística que permite uma acelerada dinâmica do capital imobiliário -, que transforma o tempo numa variável determinante para a manutenção da paisagem e da memória urbana dessas cidades. Atualmente a paisagem herdada está presente em áreas nobres, onde o poder público sinaliza com pretensões obscuras sobre a possibilidade de realizar grandes intervenções urbanas. Logo, esse patrimônio culturalmente e socialmente constituído, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas.

4. Referências

- ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BIELSCHOWSKY, Bernardo B. **Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau/SC**. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). UFSC. Florianópolis, 2009.
- CABRAL, Oswaldo. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Landes, 1970.
- CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2003. 282 p.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.
- FERREIRA, Cristina.; FROTSCHER, Méri. **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000. 235p
- FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 188p.
- GUTIERREZ, Ramón. História, memória e comunidade. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: SMC/DPH, 1992, p. 121-8.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1998.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.
- _____. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- PIMENTA, Margareth. C. A. **Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina**. Revista Dynamis. V.6, n.24, pág. 62-83, Blumenau: Editora da FURB, 1998.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SIEBERT, Claudia Freitas. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Ed. da FURB, 1996.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, DIFEL, 1983.